

GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E PERFORMANCE: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRESERVAÇÃO E TRANSMISSÃO DE UMA PRÁTICA CULTURAL.

MEMORY, INFORMATION AND PERFORMANCE: CONTRIBUTIONS TO THE PRESERVATION AND TRANSMISSION OF A CULTURAL PRACTICE.

Rubens Alves da Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Marina Fares Ferreira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os saberes tradicionais e populares são entendidos como um conjunto de conhecimento, construídos coletivamente, caracterizados por métodos específicos, transmitidos através de oralidade, atitudes ou gestos. No patrimônio cultural, esses saberes são denominados de patrimônio imaterial e possuem como forma de preservação, principalmente, o instrumento de registro. A produção desses conhecimentos pelos sujeitos está nos modos de vida, nos ofícios, nas celebrações, nas formas de expressão, enfim, são práticas culturais que estão associadas com movimentos corporais. Nesse sentido, o texto a seguir tem como objetivo apontar algumas contribuições do campo do patrimônio imaterial em diálogo com a teoria da performance, visando contribuir para a análise da compreensão dos bens culturais. Levando em consideração que as temáticas serão tratadas no âmbito da Ciência da Informação, é fundamental buscar subsídios no campo da memória social e da informação que fortaleça os aspectos do patrimônio e da performance selecionados e analisados. Por meio de uma pesquisa de natureza teórica sobre os temas, o esperado nesse artigo é uma reflexão sobre uma perspectiva de pensar a preservação do patrimônio por meio do registro. A partir dessa discussão, considera-se que a teoria da performance na Ciência da Informação pode ampliar as possibilidades de salvaguarda e resistência de uma manifestação cultural.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; registro; performance; informação; memória.

Abstract: Traditional and popular knowledge is understood as a set of knowledge, collectively constructed, characterized by specific methods, transmitted through orality, attitudes or gestures. In cultural heritage, this knowledge is called intangible heritage and its form of preservation is mainly the recording instrument. The production of this knowledge by the subjects is in the ways of life, in the jobs, in the celebrations, in the forms of expression, in short, they are cultural practices that are associated with body movements. In this sense, the following text aims to point out some contributions from the field of intangible heritage in dialogue with performance theory, aiming to contribute to the analysis of the understanding of cultural assets. Taking into account that the themes will be addressed within the scope of Information Science, it is essential to seek subsidies in the field of social memory and information that strengthen the selected and analyzed aspects of heritage and performance. Through theoretical research on the themes, what is expected in this article is a reflection on a perspective of thinking about heritage through records that can be understood as instruments for the preservation and perpetuation of a cultural practice. From this discussion, it is considered that the theory of performance in Information Science can expand the possibilities of safeguarding and resisting a cultural manifestation.

Keywords: intangible heritage; registration; performance; information; memory.

1 INTRODUÇÃO

A preservação das chamadas culturas populares e tradicionais no mundo contemporâneo é um tema fundamental nas políticas de atuação dos órgãos institucionais patrimoniais em todas as esferas de governança. Uma das principais razões que suportam essa urgência nas políticas de preservação reside no avanço dos processos de globalização e inovações tecnológicas que são identificados com vetores que podem contribuir para a extinção das práticas culturais. No entanto, os debates sobre patrimônio cultural se apresentam complexos e dinâmicos. Discorrer sobre esse campo requer definições e estratégias, já que a área do patrimônio é considerada interdisciplinar, com interseções e conexões com diversas disciplinas.

Nessa direção, o presente texto, por meio de uma revisão bibliográfica, procurou compreender quais elementos teóricos do campo do patrimônio imaterial e da teoria da performance podem contribuir para a preservação e transmissão de uma prática cultural. Para essa discussão, foram buscados embasamentos nas esferas da memória e da informação, que visam contribuir para a análise e fundamentação dos elementos teóricos selecionados e interpretados nos campos citados acima. Acredita-se que esses elementos podem servir como suportes que auxiliam uma compreensão mais coesa dos bens culturais, além de ampliar as possibilidades de salvaguarda e resistência de uma manifestação cultural. Destaca-se que este estudo faz parte de um projeto de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, com o apoio da CAPES.

Assim, a seguir, para contextualizar o tema de patrimônio cultural, foi abordado, de forma breve, o percurso histórico da consolidação do conceito de patrimônio cultural, seguido pela inserção do campo do patrimônio imaterial e suas formas de preservação. Na sequência, sob a perspectiva da Ciência da Informação, as abordagens dos campos da memória e da informação foram direcionadas para o patrimônio, dialogando com a teoria da performance. Esta última traz uma importante contribuição para a discussão da temática de preservação e transmissão de uma manifestação cultural na Ciência da Informação.

2 CONSOLIDAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

A política de patrimônio cultural no Brasil tem sua história narrada a partir do início do século XX, no período da Era Vargas (1930-1945), em um contexto em que intelectuais e políticos discutiam sobre a identidade brasileira. O decreto de lei nº 25 da Constituição de 1937 denomina como patrimônio histórico e artístico nacional, o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse político, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico bibliográfico ou artístico” (Decreto de lei nº 25 de 30 de novembro de 1937).

Nas primeiras décadas do século passado essa concepção de patrimônio e as ações do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “estiveram estritamente voltadas à proteção do legado material da colonização portuguesa e do período imperial” (PORTA, 2012, p.11). Foi nessa perspectiva hegemônica que houve a construção e a disseminação de uma imagem elitista sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, que priorizava bens materiais com representatividade nacional para serem tombados. De acordo com Mario Chagas (2009), um estudo realizado sobre os bens tombados a nível federal nesse marco temporal, concluíram que esses bens culturais se resumiram a monumentos ligados às experiências vitoriosas do Estado e da elite política e econômica do país.

Assim, a formação da política de patrimônio no Brasil foi consolidada através de um discurso sobre a nação, fazendo referência a uma memória social, uma memória sobre a nação, com “padrões estético-estilísticos eruditos e de excepcionalidade” (MOTTA, 2000, p. 18). Para isso, foram decretados marcos simbólicos via patrimônios históricos oficialmente consagrados. Esse período, conhecido como “pedra e cal”, durou mais de 60 anos e privilegiava os bens materiais com excepcional valor, voltados para os monumentos, as edificações e as obras de arte, e visando a conservação de sua integridade física (FONSECA, 2005, p.64).

O patrimônio era fundamental para a contribuição da construção de nação. Ele era visto pela crença da universalidade e da integração aplicada principalmente na arquitetura tradicional brasileira, o barroco. Mesmo privilegiando uma arte direcionada para a arquitetura tradicional brasileira, pode ser que houvesse intelectuais preocupados com as técnicas e o desenvolvimento dos bens materiais. No entanto, ainda não existia uma concepção de patrimônio imaterial que tratasse da valorização do intangível. Mas foi através

do campo da arte que pesquisadores, intelectuais e políticos acreditavam que o Brasil podia alcançar o status que tanto almejavam, de ser uma unidade de nação brasileira.

O próprio Mário de Andrade que era Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo e criador do projeto do SPHAN, atual Iphan, em 1936, enfatizava que a cultura popular deveria ser aprendida como uma totalidade coesa, ainda que constituída pela mais ampla diversidade de práticas possíveis. Os pesquisadores da cultura popular, chamados de modernistas e folcloristas, foram criticados, anos depois, por centrarem suas pesquisas em manifestações culturais que estavam em risco de extinção, e por tratarem essas manifestações como tradicionais, isoladas e puras (MARCOS AYALA e MARIA INÊS AYALA, 1987, p.8). Os estudiosos acreditavam que as manifestações culturais, dentro de uma visão evolucionista e eurocêntrica, presente nas primeiras décadas dos anos 1900, “desapareceriam com o inexorável processo de evolução e com a urbanização e industrialização que o seguiriam” (CORREA, 2007, p.2).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a arte era enfatizada somente em nome do que representava a arte nacional. Essa arte era tratada como globalizante e fazia silenciar os grupos menores, em detrimento de uma unidade cultural amalgamada pela diferença que escapava, nessa perspectiva, a qualquer tipo de regionalismo (AMARAL, 2015, p.154).

Os folcloristas acreditavam que, na tentativa de entender o regionalismo, a cultura popular promoveria a identidade nacional. O antropólogo Gilmar Rocha aponta que o conceito de cultura popular no Brasil possui três fases. A primeira assinalada por disputa metodológica entre os folcloristas e os estudiosos da sociologia paulistana, no que diz respeito à autoridade e à legitimidade do trabalho de campo. Esse primeiro período compreende as décadas de 1920 a 1960. Já na segunda fase, período de 1960 a 1980, o conceito de cultura popular é associado com acentuado caráter político e ideológico. A terceira fase, a partir dos anos 1990, coincide com a revitalização do conceito de patrimônio cultural, principalmente no sentido do patrimônio imaterial, quando então, efetivamente, “a cultura popular parece adquirir significado etnográfico” (2009, p.221).

Essa mudança conceitual do patrimônio cultural possuía novos pontos de vistas, principalmente depois da Constituição de 1988. No seu artigo 216, patrimônio cultural abrange:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores

de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA de 1988)

Nesse momento, ressaltou-se a importância dos bens imateriais, pelos legisladores, para a ampliação do que seria patrimônio cultural brasileiro, assim como a continuação voltada para a valorização dos bens materiais. Nota-se que a própria nomenclatura de patrimônio sofre mudança: o que se chamava patrimônio artístico e histórico passa a ser denominado de patrimônio cultural.

Essa nova denominação do conceito de patrimônio cultural era o reflexo da aproximação desse campo com as Ciências Sociais, a partir da década de 1970. Foi nesse período que o “problematizar os critérios do belo, do monumental e da excepcionalidade, influenciadas pela efervescência do período de transição para a democratização” teve início (CHAUI, 1992, p.85). A partir desse momento, inicia-se a discussão sobre o que vem a ser denominado de patrimônio imaterial.

3 PATRIMÔNIO IMATERIAL: CONCEITO E PRESERVAÇÃO

As mudanças internacionais direcionadas para a cultura tradicional e popular contribuíram para a consolidação do conceito de patrimônio imaterial no Brasil. O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), no intuito de promover discussões acerca do conceito de patrimônio imaterial e sua forma de proteção, elaborou documentos que dizem respeito a esse campo. Esses documentos são baseados e influenciados pelas diretrizes teóricas e metodológicas da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

A discussão sobre preservação de manifestações culturais é complexa no âmbito do patrimônio cultural, seja na esfera internacional, nacional, estadual ou municipal. Por razão da grande diversidade de bens culturais existentes, o patrimônio imaterial é entendido

segundo critérios definidos pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovida pela Unesco, no ano de 2003, que consolidou o campo do patrimônio imaterial:

[As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2014, artigo 2, p.5).

As orientações e diretrizes desta Convenção tiveram o propósito de salvaguardar, respeitar e sensibilizar o patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos, indivíduos envolvidos, e também oferecer cooperação e assistência internacional. Além disso, ela lança princípios para os países membros coordenarem a construção de suas políticas internas, possuindo autonomia para elaborar e redigir seus próprios princípios e legislações relativos ao patrimônio imaterial.

Em solo brasileiro, por meio do Decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000, foi instaurado no campo do patrimônio imaterial o registro como instrumento de preservação, coordenado pelo Iphan. Por meio de quatro categorias - saber, forma de expressão, celebração e lugar, o intuito do registro é assegurar a memória coletiva de bens culturais imateriais e sua trajetória no tempo, reconhecendo e valorizando as manifestações culturais vivas (IPHAN, 2006; CAVALCANTI e FONSECA, 2008).

Nas diretrizes patrimoniais do Iphan, o registro é sobretudo oficializado a partir da elaboração de um dossiê, que segue critérios referenciais baseado no Inventário Nacional de Referência Cultural (INCR). Essa metodologia busca investigar, identificar e documentar as referências culturais de qualquer natureza. “O INRC visa a produção e sistematização de conhecimento sobre práticas culturais referenciais e a mobilização dos grupos sociais envolvidos para subsídio de políticas públicas na perspectiva patrimonial” (IPHAN, 2000, p. 18). Ressalta-se que o INRC possui orientações diferentes para as quatro categorias do campo do patrimônio imaterial.

O registro é uma forma sistemática de produção de conhecimento relativo ao patrimônio imaterial. Sua metodologia é baseada em estudos históricos e etnográficos e tem

como foco documentar o caráter dinâmico dos bens culturais de natureza imaterial. Assim, o modelo de preservação adotado pelo Iphan procura uma tentativa de abarcar o máximo possível de características para compreender a manifestação como um todo. Para isso, o foco é principalmente no conhecimento preciso para desenvolver um bem imaterial, que desencadeia no seu produto final. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2006) enfatiza que o patrimônio imaterial está focado no “processo do produto”, sendo uma construção cultural e social, que se desenvolve de forma dinâmica e renovadora.

4 MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

As formas de preservação de um patrimônio imaterial, citadas acima, seja o INRC ou o registro, são essencialmente documentais por meio da escrita. Pode-se dizer que parte do que se define, sobre o que é documentado, faz parte de uma memória e de uma informação que deve ser lembrada. A memória é seletiva e construída a partir de uma lembrança de convívio social estabelecido pelos indivíduos, uns com os outros ou por grupos sociais. Assim, a memória individual é resultado das combinações de recordações por diferentes grupos de referências nos quais estão inseridos. Para Maurice Halbwachs a memória é construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (2006, p.51), ou seja, a lembrança é resultado de um processo coletivo, recordado pelos sujeitos que estão inseridos em um grupo social e em um contexto específico.

A temática da informação e da memória social está nitidamente ligada à preservação de um bem cultural, quando refletido sobre o processo de registro. O patrimônio cultural faz sentido devido à sua importância histórica e cultural para uma comunidade ou grupo social, entendido como suporte da memória e identidade coletiva, quanto à transmissão do conhecimento. Apesar de muitos bens culturais estarem pautados na oralidade, o registro, formalizado por meio da escrita, que valida as informações, as ações e a memória contida em uma manifestação cultural.

É importante ressaltar que no presente texto estamos enfatizando o registro como fonte documental de um bem cultural, mas que existem outras possibilidades materiais de armazenamento de informação, sobretudo com o advento de novas tecnologias, como é o caso da produção audiovisual. Independentemente do tipo de suporte, Jonas Ferreira e Aécio Amaral afirmam que

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita, falar de memória é falar de esquecimento (FERREIRA e AMARAL, 2007, p.3).

Para Ferreira e Amaral, os suportes da memória não se apresentam apenas como meio de preservação, mas sim como as próprias condições de sua elaboração. Ainda nesse contexto de suportes da memória, é importante ressaltar a memória social associada com a oralidade.

Para Pierre Lévy a “oralidade primária a palavra tinha como função básica a gestão da memória social, não a simples livre expressão das pessoas ou a comunicação prática cotidiana” (1993, p.77). Dessa forma, nas sociedades antigas, a lembrança e inteligência estavam relacionadas com a memória, sobretudo a auditiva.

Nesse contexto, a comunicação era realizada entre as pessoas que ocupavam um mesmo referencial de espaço e tempo. Segundo Ana Carielli e Silvana Monteiro, nas sociedades antigas, “as palavras vinham acompanhadas de toda uma semiótica corporal que clarificava a compreensão da mensagem e reduzia a ambiguidade” (2007, p.7). Os autores ainda ressaltam que a transmissão do conhecimento era realizada por meio de observação, escuta, repetição, imitação e atuação pelas pessoas ou pela comunidade em geral.

Retomando o suporte da escrita, é importante ressaltar a perspectiva da informação que está sendo utilizada nos dossiês de registros. De acordo Rafael Capurro e Birger Hjørland, “o uso da palavra informação indica uma perspectiva específica que inclui características como novidade e relevância, ou seja, refere-se ao processo de transformação do conhecimento e, particularmente, à seleção e interpretação dentro de um contexto específico (2007, p.150).

Nesse sentido, cita-se a formulação do conceito de informação por Alcenir Reis:

substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, exigindo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento, norteador a ação (REIS, 1999, p.155).

Trata-se da informação em uma perspectiva historicamente construída e não como uma coisa a ser observada. A construção da informação é constituída de artefatos que são condicionados aos “mecanismos de transmissão dos significados, símbolos e signos culturais construídos pelos sujeitos com o objetivo de reconhecer, interpretar e transmitir significados” (TEIXEIRA, 2021, p.17).

A autora Clotildes Avellar Teixeira (2021) destaca que essa perspectiva histórica da informação leva a compreensão das práticas culturais como práticas informacionais no âmbito de um processo que é dinâmico, diante da transmissão, assimilação ou rejeição das informações pelos sujeitos. Teixeira ainda recorda que na história da humanidade, as transmissões informacionais eram executadas por meio da comunicação oral, sendo o principal meio de perpetuação das memórias ancestrais. Com o passar do tempo veio a possibilidade do registro, que foi potencializado com o surgimento da imprensa e o advento da internet.

A partir dos anos de 1970, em um movimento de associação entre as concepções sobre informação e o campo da filosofia da ciência, a noção de informação passa por um processo de revisão conceitual no âmbito do contexto cultural. Nesse sentido, a informação, que é construída socialmente, se apresenta como indissociável da memória e do patrimônio cultural.

Dessa forma, a concepção de informação atrelada à noção de cultura, constitui-se como um “fenômeno indispensável para a sobrevivência dos grupos sociais na medida em que garante a continuidade de suas práticas culturais” (TEIXEIRA, 2021, p.20). Assim, no contexto das tradições, a memória pode se apresentar como um repositório das informações que são consideradas importantes para um determinado grupo social ou comunidade. Por fim, Clotildes Avellar Teixeira afirma que registrar e difundir a memória faz parte de um processo amplo associado à resistência cultural, considerando a sua “importância como elemento de apreensão da realidade e também como elemento de leitura do mundo, tanto pelo que esconde quanto pelo que revela” (2021, p.20).

5 PERFORMANCE

A memória e a informação são substanciais para a sobrevivência de uma prática cultural de um determinado grupo, mas outros aspectos também são relevantes para a preservação e transmissão de um bem cultural, como as contribuições do campo da performance. Na produção dos dossiês, a instrumentalização do conceito de performance pode oferecer uma alternativa para compreensão de uma categoria de registro e sua preservação.

Segundo a antropóloga Diana Taylor, a concepção da performance deve ser tratada como um “sistema de aprendizagem, armazenamento e transmissão de conhecimento” onde

“os estudos da performance nos permitem ampliar o que entendemos por ‘conhecimento’” (2013, p.45). Ela cita a performance como uma expressão incorporada que está presente em práticas sociais e eventos – ritual, dança, música, comícios políticos, funerais, dentre outros. Também afirma que a performance incorporada possui um papel importante na preservação da memória e na consolidação de identidades culturais.

Taylor propõe que aprendemos e transmitimos o conhecimento por meio de ações incorporadas. É justamente nas performances que encontramos as expressões incorporadas, ou seja, é através delas que a memória e a identidade cultural de um grupo ou indivíduo são transmitidas. Para a autora, a performance não é apenas um objeto de análise, mas funciona sim como uma episteme, um modo de conhecer. E ainda coloca que, se a performance não transmitisse conhecimento, “apenas os letrados e poderosos poderiam reivindicar memória e identidades sociais” (2013, p.19). É na performance incorporada que devemos pensar a preservação para, assim, dar continuidade ao bem cultural para as gerações futuras e honrar as gerações passadas.

Para Taylor a temática de preservação de um bem cultural vai além de discussões entre as palavras escrita e falada. Para a autora, a questão está entre arquivo e repertório: o arquivo é considerado uma forma de documentos, como mapas, textos literários, cartas, restos arqueológicos, filmes, vídeos, ossos, etc.; o repertório é definido como o conjunto de línguas, danças, esporte, ritual, canto, comícios, funerais, etc. Para Taylor, o arquivo é visto como durável, como resistente à mudança, sendo o sustentáculo do poder. Enquanto o repertório encena a memória incorporada – performance, gestos, oralidade, movimento, dança, teatro – todos aqueles atos geralmente vistos como conhecimento efêmero, não reproduzível. Taylor afirma que a “performance ‘ao vivo’ nunca pode ser captada e transmitida por meio de arquivo” (2013, p.50).

É nesse contexto que a noção de conhecimento incorporado se torna invertida nos estudos culturais, onde textos e objetos são frequentemente mais valorizados que a ação do corpo em movimento, como um texto em si (DESMOND, 1994). No campo do patrimônio imaterial, é importante estabelecer não somente ligação com descrições textuais relacionadas a produtos culturais, mas também pensar as manifestações culturais como estratégias cognitivas, como capacidades de realização incorporadas no corpo vivo dos sujeitos na cultura. A identificação dessa capacidade cognitiva para abordar os bens culturais pode ser um importante mecanismo no delineamento da política de patrimônio cultural

(CAMPOS, NAVEDA, 2016, p.374) porque reorienta a noção de salvaguarda para a capacidade de um corpo retomar a performance na cultura, e não somente o registro da performance nos modelos tradicionais de representação do conhecimento.

Refletindo sobre a performance na cultura, vale dedicar algumas linhas para elucidar mais sobre a abordagem do conceito de performance. Para isso, temos como referência a definição atribuída segundo Estella Villegas, apoiado na leitura do diretor de teatro e antropólogo Richard Schechner, que trata performance como uma categoria abrangente que se interessa por “estudos de comportamentos em suas diversas multifacetadas escalas de ritual, jogo, artes e performances na vida comum” (2018, p.22). Ainda nesse sentido, na pesquisa de Aline Brettas é introduzido a noção de “comportamento restaurado”, definida também por Richard Schechner nos estudos de performance, que corresponde ao trabalho de preparação intenso de treino e aprendizagem que “implica em variedade de ações, combinadas previamente, que apresentam vários significados resultantes em uma atividade cultural dinâmica e reelaborada” (BRETTAS, 2013, p.262).

É pensando na aprendizagem, na memória incorporada e na transmissão desse saber, que Taylor traz a importante discussão de como a performance funciona por meio da definição de atos de transferências:

“Atos de transferência” transmitem informação, memória cultural e identidade coletiva de uma geração ou grupo para outra por meio de comportamentos reiterados. Isto nos leva a dizer que o conhecimento, embora criado, armazenado e comunicado por meio de práticas incorporadas de indivíduos, excede o limite do corpo individual. Ele pode ser transferido para outros. Embora os gestos não sejam performatizados exatamente da mesma forma duas vezes, não significa que as pessoas não os performatizam novamente, frequentemente expressando o que os espectadores imaginam ser um significado supostamente estável (2008, p.93).

Nesse sentido, a performance pode ser considerada como uma categoria mediadora para a compreensão de uma forma de expressão, pois armazena, comunica, produz informação e transmite o conhecimento cultural e social inserido no bem. A performance fornece elementos primordiais para a preservação de um bem, como a memória corporal e social dos envolvidos na prática cultural, que permite recuperar lembranças do passado e reconstituir nichos que possibilitam perpetuar a cultura de um coletivo. Ou seja, a análise de performance pode ser eficaz para capturar e codificar a dimensão imaterial da informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural é diverso, dinâmico e está em constante mudança. Registrar um patrimônio imaterial por meio da escrita mostra-se ser uma tarefa complexa. O registro é considerado o instrumento documental de preservação de bens imateriais, onde há uma tentativa de compreender a prática cultural em sua quase totalidade. O documento técnico de registro visa salvaguardar um bem para as gerações futuras, honrando os saberes ancestrais. No entanto, outros aspectos devem ser considerados quando pensamos em preservação e transmissão de um conhecimento. A temática da informação e da memória social está nitidamente ligada à preservação de um bem cultural, quando refletido sobre o processo de registro. Nesse sentido, o presente texto procurou enfatizar elementos da memória, da informação e da teoria da performance para o contribuir no entendimento de um bem cultural.

O conhecimento de uma prática cultural é transmitido por meio de uma informação que está armazenada na memória, e é revelada pelas ações do movimento do corpo. Nessas ações incorporadas são transmitidas a memória e a identidade cultural de um grupo ou indivíduo. Dessa forma, é também na performance incorporada que devemos pensar a preservação e transmissão. Nesse sentido, a performance se apresenta como um suporte para ampliar as possibilidades de salvaguarda e resistência de uma manifestação cultural.

Por último, pensando sobre os temas no âmbito da Ciência da Informação, ressalta-se que a memória e a informação são temas nitidamente associados à área da CI. A informação usada no sentido de conhecimento comunicado, de mecanismo de transmissão dos significados, símbolos e signos; e a memória sendo responsável por “guardar” as percepções, vivências e lembranças, podendo ser como um repositório das informações. Já a performance, as ações incorporadas e o próprio corpo, que armazena, comunica, produz informação e transmite o conhecimento cultural e social, são elementos que podem ser explorados mais profundamente e apropriados na área em questão. A mesma ideia pode ser direcionada para o campo do patrimônio cultural, onde a performance ainda não possui tanto espaço e caminha timidamente nessa área de atuação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João Paulo Pereira. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação (Mestrado) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

_____. **Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRETTAS, Aline Pinheiro. **Os registros de Belo Horizonte e Betim**: novas abordagens em relação ao registro do patrimônio cultural imaterial. 2013. 320 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CAMPOS, Cássio; NAVEDA, Luiz. Representações do patrimônio imaterial como estratégias cognitivas. Anais do XII SIMCAM. **Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais**. Porto Alegre, mai. 2016, p.371-382.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p. 148-207, jan/abr.2007.

CARELLI, Ana Esmeralda; MONTEIRO, Silvana Drumond. Ciberespaço, memória e esquecimento. **VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Salvador, 28 a 31 de outubro de 2007.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Legislações e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: **Memória e patrimônios: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Departamento do Patrimônio Histórico. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: O Departamento, 1992.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista TOPOI**, v. 4, n. 7, jul-dez. 2003.

CORREIA, Alexandre Fernandes. Metamorfoses conceituais do museu de magia negra: Primeiro Patrimônio Etnográfico do Brasil. In: Manuel Ferreira Lima Filho *et al* (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Os efeitos perversos do regime de Propriedade Intelectual. In: RICARDO, C.A.; RICARDO, F. (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil**. 1.ed. São Paulo: ISA, 2006, p.96-99.

DESMOND, Jane. Embodying Difference: Issues in Dance and Cultural Studies. **Cultural Critique**, v. 26, 1994, p. 33-63.

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. **Memória eletrônica e desterritorialização**. Política & Sociedade, v. 4, p.137-166, abr. 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC. IPHAN, 2005.

GOLOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura Popular**: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis, 1945 - 2002. 2005. (Dissertação) Mestrado em História. Instituto de História / Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

IPHAN, INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **Manual de Aplicação Inventário Nacional de Referências Culturais**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. **O registro do patrimônio imaterial**. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, IPHAN, 2006.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 1993.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural de 1975 a 1990**. 2000. (Dissertação) Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Memória Social da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2000.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília/DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

REIS, Alcenir Soares do. Retórica-Ideologia-Informação: questões pertinentes ao cientista da informação? **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145 -160, jul./dez. 1999.

ROCHA, Gilmar. Cultura Popular: Do folclore ao Patrimônio. **Mediações**. v. 14. n.1, jan/jun. 2009, p. 218-236.

SILVA, Rubens Alves. **A Atualização de Tradições: performances e narrativas afro-brasileiras**. LTC Editora, São Paulo, 2012.

_____. Às margens das margens: notas sobre as noções de patrimônio, memória social e performance na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte. V.24, número especial, jan./mar, 2019. p.149-161.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TEIXEIRA, Clotildes Avellar. Informação, memória e patrimônio cultural: bases articuladas como apoio para reflexões sobre o tema. **Mescla**: Revista Eletrônica. V. 2, n. 1, 2021.

TOJI, Simone. **O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico**: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no “uso da diversidade”. *Revista CPC*, São Paulo, n.12, p.55-76, mai. /out. 2011.

UNESCO. **Textos básicos da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003**. Tradução Romes de Sousa Ramos. Paris: UNESCO, 2014.

VILLEGAS, Estela Vale. **Interfaces performance & jogo**: a partir dos estudos da performance de Richard Schechner. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

